

CONSELHO CONSULTIVO DO AUDIOVISUAL DE PERNAMBUCO

Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Audiovisual de Pernambuco - 2023

Data: 25/05/2023

Horário: 14h

Pauta:

Lei Paulo Gustavo:

1. Regulamentação da Lei;
2. Conclusão das escutas à sociedade civil;
3. Editais.

Participantes:

Martin Palacios (Secult/PE), Milena Evangelista (Secult/PE), Janaina Guedes (Secult/PE), Clara Carvalho (Secult/PE), Maria Samara (Secult/PE), Caio Cagliani de Oliveira (Suplente da TVU do Núcleo de Televisão e Rádios Universitárias), João Marcelo Alves (Suplente do Setorial Audiovisual do Agreste); Mauricio Corrêa da Silva (Titular da ABD), Bruno Nunes Guedes (Suplente da Secretaria de Ciência e Tecnologia), Antonio Marcos Gomes Carvalho (Suplente da ABD), Willian Tenório (Titular do Setorial Audiovisual do Sertão), Juliana Gleymir (Suplente da FEPEC), Clarice Andrade (Suplente da FUNDARPE), Alexandre Soares Taquary (Titular do Setorial Audiovisual do Agreste), Nayane Nayse (FUNDARPE), Unidade para as relações de gênero e sexualidade, Wlyssys Wolfgang (Suplente do Setorial Audiovisual do Sertão), Bárbara Lino (Titular da FEPEC), Metraton Produções, Camila Valença, Pedro Ferreira, Kate Saraiva, Ryan Valença, Nove Oitavos, Paulo Ricardo, Péricles Fabricio, Pollyana Mello, Bruna Tavares, TV Capibaribe, Jean Farias, Cinema da Feira, Modesto Lopes de Barros, Cineclube Cidadania, Cynthia Falcão, André Gustavo Soares, André Pina Santos (Suplente do Setorial Audiovisual da Zona da Mata), Péricles Fabrício, Livia de Melo, Aurora Filmes, Marco Bonachela.

Local: virtual (Plataforma Google Meet)

No dia vinte e cinco (25) de maio de dois mil e vinte e três (2023), estiveram reunidos de forma virtual, por meio da plataforma Google Meet, os integrantes do Conselho Consultivo do Audiovisual de Pernambuco, para reunião ordinária do exercício de 2023.

A reunião foi aberta por Martin Palacios, Coordenador do Audiovisual- PE, que saudou os presentes, e iniciou sua fala apresentando um contexto mais geral da viagem à Salvador junto de Milena Evangelista para o lançamento do decreto da Lei Paulo Gustavo. Martin Palacios mencionou que o evento foi emocionante e simbólico, mas que houve uma frustração, porque as trocas com representantes do Ministério da Cultura foram pouco aprofundadas quanto as dúvidas relativas ao decreto. Em seguida, Martin dá início a apresentação do slide apresentado na oitava do audiovisual, que pode ser acessado nesse link: <https://www.cultura.pe.gov.br/wp-content/uploads/2023/03/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-Audiovisual-Ciclo-de-Escutas-Lei-Paulo-Gustavo.pptx.pdf>

Durante a apresentação de Martin, algumas dúvidas foram colocadas por representantes do Conselho. **Willyssys Wolfgang** (Setorial Audiovisual do Sertão) perguntou sobre a operacionalização dos recursos para acessibilidade (dez por cento do valor do projeto), e pontuou que o edital não especifica mais detalhadamente em quê, exatamente, esses 10% serão utilizados. Perguntou ainda se o SESC vai ser elegível na participação do edital. Em resposta, **Milena Evangelista** informou que, a princípio, não seria um impedimento a participação do SESC, mas que o próprio MinC vai consolidar essa questão e que isso seria reforçado em uma consulta oficial com o MinC pois a Secult estava juntando várias perguntas e essa seria uma delas.

Um tema muito debatido na reunião se refere à utilização dos recursos da LPG para salas de cinema. A proposta apresentada pela Secult/PE é a de que parte do recurso seja destinado à reforma, restauro e funcionamento do Cinema São Luiz, do Theatro Cinema Guarany e do MISPE.

Bárbara Lino apontou que é muito importante a atenção para a questão da conservação, mas também da sistematização, catalogação e disponibilidade para consulta.

Willian Tenório perguntou: como o governo vai justificar o uso do recurso destinado à salas de cinema? Como vai conseguir equipar o MISPE? (visto que é um museu que não

funciona). O que sobraria para as outras salas de cinema?

Em resposta a Willian, Martin informou que a lei garante o uso da verba em salas de cinema, que é importante a preservação e a memória do audiovisual no Estado e que estaríamos resguardados pela lei.

Juliana Gleymir perguntou se, dentro do percentual estabelecido para cota de tela pela Ancine, é possível, dentro do edital, estabelecer uma cota de difusão de obras pernambucanas, visto que há um desafio no sentido de difusão dessas obras, a exemplo de produções que foram realizadas na pandemia e que ficaram sem espaço de exibição em alguns festivais maiores da RMR, além de que essa ação de difusão das obras audiovisuais pernambucanas promoveriam um escoamento dessas obras.

Bárbara Lino perguntou se os recursos incluiriam cinemas que estão fechados há muito tempo e como seria o redirecionamento pra esse tipo de sala. Apontou ainda que havia pouco investimento para pesquisas em relação às salas de cinema e que seria interessante propor projetos adequados com o propósito de fazer sistematização de dados sobre as salas de cinema e perguntou como se pretende fazer a distribuição de recursos para pesquisa. Bárbara apontou, ainda, sobre a importância de fazer um diagnóstico socioterritorial, técnico e cultural, para orientar a implementação de projetos de reativação das salas, produzindo diretrizes projetuais, seja do projeto físico/arquitetônico, seja da questão da gestão e manutenção do equipamento.

Milena Evangelista comentou que se as salas de cinema foram fechadas há muito tempo podem retomar a vocação, mas que deve se pensar a realização de atividades, a continuidade das ações e manutenção desses espaços e que o estado precisa estabelecer e consolidar uma estrutura de suporte a essas salas. O investimento de recurso nesses espaços vai demandar uma série de ações e estruturação do estado e que, sobre a cota de telas, o edital poderia trazer compromissos sobre a cota de tela dos filmes pernambucanos, por meio de um percentual de indução, além de cumprir os dez por cento estabelecidos no edital, também poderia ser uma regra incluir um percentual a mais para obras pernambucanas.

Martin Palacios complementou a fala de Milena apontando que não basta distribuir recursos para as salas de cinema, porque essas salas também precisam funcionar. Martin retomou a apresentação do slide sobre a LPG informando que o chamamento público

proposto pela Secult propõe três linhas básicas: (I) fomento; (II) salas de cinema; (III) apoio a empresas.

Algumas questões e sugestões foram levantadas no chat e serão abaixo descritas:

Juliana Gleymir:

- 1) **Sobre Salas de cinema:** pensar cota para filmes pernambucanos. Entendo os possíveis efeitos colaterais dessa cota no sistema produtor/distribuidor e a carreira do filme em festivais, mas creio que definir um limite temporal pra essas exposições, tipo após 1 ou 2 anos de produção ou finalização do filme seja obrigatório ele circular nas salas do estado que pegarem recursos para sala de cinema;
- 2) **Implementação de verba destinada a manutenção de acervo de cineclubes.** FEPEC e os cineclubes em geral tem dificuldade de manutenção de filmes e outras fontes históricas sobre o próprio cineclubista ou do cineclubismo e isso a gente perde arcabouço de pesquisa;
- 3) **Sobre categoria Cineclubismo:** Implementar no edital a possibilidade de aquisição de bens relacionados a atividade cineclubista, pois, de forma geral, os recursos constantes com aluguel de equipamentos oneram a possibilidade de o cineclubista se manter sem obter recursos de financiamento seja de funcultura ou outros editais.

Sobre os valores destinados para as categorias - Bruna Tavares e, em seguida, **Marco Bonachela** perguntaram se já existia uma sugestão de distribuição de valores entre as categorias e quais seriam os percentuais (a distribuição) nessas categorias?

Milena Evangelista respondeu que o recorte de verbas para o edital ainda não havia sido definido e **Martin Palacios** complementou levantando uma pergunta: qual critério deve ser adotado para definir o recorte de verba para as categorias e proteções? Informou que havia uma solicitação para a FUNDARPE de pegar os pleitos dos últimos anos do Funcultura para ter uma referência e transportar o perfil desses recursos para LPG Audiovisual.

Wlyssys Wolfgang perguntou em qual momento as pessoas saberiam da relação desses valores e como ficaria.

Martin Palacios respondeu que os valores em si ainda estão sendo amadurecidos e esse é um momento de pedir sugestões e critérios aos representantes do conselho, que isso poderia ser enviado por email e que o plano de ação precisa ser enviado.

Sobre o indicador da divisão de recursos e o quanto vai ser destinado de percentual para as áreas, **Milena Evangelista** acrescentou que o único indicador é o Funcultura e que este é principal dado de entrada. O Funcultura seria a base, porque possui os dados mais concretos que temos. Qual seria nossa outra fonte? Sobre os tetos, o Funcultura não é tão referência, porque tem uma defasagem de tempo, que é necessário nos voltar para esses tetos e atualizar valores em relação a execução.

Clarice Andrade (FUNDARPE) informou que o Funcultura vai fazer um chamamento público para a contratação de pareceristas. Será criado um banco de pareceristas que será usado em outros anos. Terão dois momentos: o de credenciamento e o de trabalhar nos editais. Isso vai dar uma celeridade maior aos processo e contratar de acordo com as demandas dos editais.